

# DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

19 a 23 de janeiro de 2026

## Nesta Edição

- △ [Principais Temas](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Trabalhista](#)
- △ [Telecomunicação](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Política](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

## Principais Temas

- **Anatel apoia projeto que cria Sistema Nacional de IA e ANPD como regulador residual.** A Agência Nacional de Telecomunicações (**Anatel**) encaminhou [manifestação formal](#) ao Congresso Nacional sobre o [Projeto de Lei nº 6.237/2025](#), de iniciativa do Poder Executivo, que propõe a criação do **Sistema Nacional para Desenvolvimento, Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA)**. A agência manifestou apoio à iniciativa e à estruturação do sistema, destacando **positivamente** a definição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como regulador residual, especialmente para **evitar conflitos de competência em setores já regulados por agências especializadas**. **A tramitação do projeto ainda não foi definida**, havendo requerimentos para seu apensamento ao [PL 2338/2023](#), que trata do **marco legal da Inteligência Artificial**. No entanto, a **Anatel** sugeriu ajustes no texto do PL para reforçar o papel das agências reguladoras setoriais, alertando para **riscos de sobreposição de competências e possíveis restrições à atuação internacional dessas entidades**. A agência defendeu a inclusão de ressalvas que garantam a autonomia regulatória setorial e que limitem a vinculação de normas da **ANPD** quando o tema já estiver sob regulação específica. Na manifestação, a **Anatel** também apresentou um panorama de sua atuação em IA, destacando iniciativas como a tomada de subsídios em 2024, a criação do **IA.Lab** em 2025, a participação em fóruns internacionais, acordos de cooperação, estudos técnicos e a atuação no grupo ministerial responsável pela **implementação do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial**.

➤ **Confiante na aprovação do ReData, Governo trabalha em paralelo na regulamentação.** O secretário de Desenvolvimento Industrial e Inovação, Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (**MDIC**), **Uallace Moreira**, afirmou que o regime fiscal ReData, criado por medida provisória, não vai caducar. A validade da MP acaba no final de fevereiro, mas há um acordo para aprovar a medida provisória antes de seu vencimento. Segundo ele, a estratégia delineada com o Congresso prevê **duas possibilidades**: (i) incorporar o texto ao projeto de lei de inteligência artificial ou caso não haja consenso, (ii) votar a MP separadamente ainda em fevereiro. “*Isso já está acordado*”, disse. “*Se houver qualquer tipo de imprevisto, o ReData será votado separadamente para não deixar a MP caducar*”, garantiu. Apesar da **indefinição formal no Legislativo**, que retoma os trabalhos dia 2 de fevereiro, o MDIC e os demais ministérios envolvidos anteciparam os trabalhos de regulamentação. Segundo **Uallace Moreira**, as minutas de decretos e portarias estão praticamente concluídas e poderão ser publicadas “em poucos dias” após a sanção, desde que o texto final aprovado não sofra mudanças substanciais no Congresso Nacional. Com informações de: [TeleSintese](#)

» Durante a entrevista, o secretário reforçou que o ReData é estratégico para o país e tem apoio do presidente Lula, do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin, do Ministério da Fazenda, da Casa Civil e dos demais ministérios envolvidos. Moreira também **negou a existência de qualquer intenção interna no governo de permitir que a medida provisória caduque**. “*Eu não conheço esse posicionamento dentro do governo. O que existe é um interesse amplo para que essa política seja aprovada o mais rápido possível*.” O secretário disse saber que diversas empresas nacionais e estrangeiras estão em compasso de espera para investir no país, aguardando a definição do marco legal. Segundo estimativas da equipe econômica, o Brasil pode **atrair até R\$ 2 trilhões em investimentos acumulados em data centers nos próximos dez anos**, caso o ReData entre em vigor. Além de reduzir a dependência tecnológica e estimular cadeias produtivas nacionais, o ReData tem importância estratégica para a macroeconomia. Segundo Uallace Moreira, os investimentos em data centers representam entrada de capital externo direto (*greenfield*), o que reforça a conta de capital do país e reduz vulnerabilidades externas. Ele explicou que, ao contrário de aplicações especulativas em carteira, os **projetos de infraestrutura digital atraídos pelo ReData geram impacto positivo na balança de transações correntes**, melhoram o perfil cambial do país e aliviam pressões sobre a política monetária. “*Esse tipo de programa atrai investimento estrangeiro produtivo, com efeitos estruturais sobre a economia brasileira*”, defendeu.

➤ **Reino Unido estuda proibição de redes sociais para crianças.** O governo do Reino Unido iniciou uma **consulta pública** para avaliar medidas de proteção a crianças e adolescentes no ambiente digital, incluindo a **possibilidade de proibir o uso de redes sociais por menores de determinada idade**, em modelo semelhante ao adotado pela **Austrália**, que vetou o acesso de menores de 16 anos às plataformas; a iniciativa envolve a análise de evidências internacionais sobre os impactos dessas restrições, a **avaliação da eficácia regulatória** e a definição de mecanismos de implementação, além de prever orientações mais rígidas às escolas sobre o uso de celulares, com ministros britânicos planejando visita oficial à Austrália para aprofundar o intercâmbio de experiências antes de eventuais decisões regulatórias. Com informações de: [Agência Brasil](#)

➤ **MGI atualiza Estratégia Federal Governo Digital até 2027.** A Secretaria de Governo Digital

(SGD) publicou a [Portaria SGD/MGI nº 473/2026](#), que altera o anexo da [Portaria SGD/MGI nº 6.618/2024](#), responsável por estabelecer os objetivos e as iniciativas da Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027, aplicável aos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A Estratégia, estruturada em princípios, objetivos e iniciativas voltadas à transformação digital do Estado, ao **fortalecimento de políticas públicas, à melhoria da qualidade dos serviços e à ampliação da inclusão e da participação social**, passou por revisão bienal que resultou em ajustes de prazos, metas, escopos e indicadores, além da **inclusão de novas iniciativas em áreas estratégicas como interoperabilidade, inteligência artificial, governança de dados, segurança da informação e capacitação de servidores**.

- » As alterações promovidas envolvem, de forma transversal, a prorrogação de prazos de diversas iniciativas, a revisão de metas quantitativas e qualitativas, a ampliação de escopo de ações consideradas prioritárias, a introdução de novos compromissos voltados à integração de plataformas, uso inteligente de dados, adoção ética de inteligência artificial, fortalecimento da privacidade e da segurança da informação, desenvolvimento de habilidades digitais e modernização de processos de negócio. Destacam-se, entre outros pontos, o **reforço das iniciativas de acessibilidade digital e inclusão**, a ampliação de metas relacionadas à integração de dados e serviços, a incorporação de novas iniciativas vinculadas à inteligência artificial no setor público, a revisão de metas de identificação digital do cidadão e a atualização de indicadores de desempenho, mantendo-se, em geral, os horizontes temporais até 2026 ou 2027, conforme o objetivo estratégico, com a finalidade de alinhar a execução da Estratégia às capacidades institucionais e às prioridades atuais da transformação digital do governo federal.

➤ **Sancionada Lei Orçamentária Anual 2026.** Encaminhamos anexo documento com detalhamento dos principais números da [Lei Orçamentária Anual](#) (LOA) de **2026**, sancionada na última semana. O **Orçamento Geral da União (OGU)** alcançou o patamar de **R\$ 6,33 trilhões em 2026 – que representa um crescimento significativo de 11,05% em relação ao ano anterior**. Essa é a **maior expansão orçamentária**, desde 2021. Diante disso, prevê-se que o Governo Federal possa apresentar dificuldades em cumprir o OGU, com **riscos de aumento de impostos e contingenciamento**. Do total do orçamento, **68,8% se referem ao orçamento fiscal (a partir da receita fiscal)** e os restantes **31,2% estão ligados à seguridade social**. Com relação aos **gastos com investimentos públicos federais**, o OGU prevê **R\$ 55,3 bilhões**, com destaque para:

- » **Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação** conta com verba para investimentos de R\$ 2,79 bilhões (-17,1%), centrada especialmente no: Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra), com previsão de gastos de R\$ 1,4 bilhão (*sem destinação específica em 2025*). Também é representativa a destinação para ‘Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas’ de R\$ 347 milhões (*sem destinação específica em 2025*).
- » **Ministério das Comunicações** espera investimentos de R\$ 113,9 milhões (-55,7%), com: **39,5%** dedicados à expansão dos serviços de radiodifusão (-0,02%); **20,4%** na implantação de infraestrutura de comunicações; (-17,0%); e **13,2%** na implementação do Programa Cidades Conectadas; (+0,23%).
- » Com relação aos **investimentos financeiros (empréstimos do governo a juros beneficiados)**, o total é de **R\$ 228,6 bilhões**, com destaque para o Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Lei nº 11.540/2007), que soma **R\$ 8,79 bilhões (-**

14,7%). Com relação aos vetos presidenciais, houve R\$ 393,79 milhões de cortes em emendas parlamentares, sem implicações imediatas para o setor de tecnologia.

## Proteção de Dados

- **Pesquisador diz ter encontrado 149 milhões de senhas expostas, incluindo contas de Gmail, Instagram e 'gov.br'.** Jeremiah Fowler, pesquisador de cibersegurança identificou a exposição de um banco de dados com cerca de 149 milhões de senhas na internet, reunindo aproximadamente **96 GB de dados** contendo e-mails, nomes de usuário e credenciais associadas a serviços como **Gmail, Facebook, Instagram, Yahoo, Netflix, TikTok** e até domínios governamentais. Segundo **Jeremiah Fowler**, que analisou o caso para a **ExpressVPN**, o material incluía registros de usuários de diferentes países, entre eles contas vinculadas ao gov.br, além de serviços financeiros, plataformas de *streaming* e redes sociais, sem que fosse possível identificar a autoria ou a finalidade da base de dados. Procurado, o **Google** afirmou que as informações não resultam de um vazamento direto de seus sistemas, mas de uma compilação de credenciais obtidas por malware do tipo “infostealer” instalado em dispositivos pessoais ao longo do tempo, ressaltando que mantém mecanismos automatizados para bloquear contas e exigir troca de senhas quando identifica exposições. Fowler informou **que alertou o provedor de hospedagem responsável e, após cerca de um mês, o banco de dados foi retirado do ar**. As demais plataformas citadas, assim como o **governo federal**, não se manifestaram até a última atualização da reportagem. Com informações de: [G1 Notícias](#)

## Segurança Cibernética

- **Regulamento Cibersegurança da UE revisto para aumentar segurança das cadeias de abastecimento das TIC.** A Comissão Europeia apresentou, em janeiro de 2026, uma proposta de revisão do Regulamento de Cibersegurança da União Europeia com o objetivo de reforçar a segurança das cadeias de abastecimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), diante do **aumento de ciberataques e ameaças híbridas a serviços essenciais e instituições democráticas**, incluindo riscos associados a fornecedores de países terceiros considerados de alto risco; **o novo pacote prevê produtos e serviços ciberseguros** desde a concepção, por meio de um processo de certificação mais simples e harmonizado, baseado no risco, além de fortalecer o papel da Agência da UE para a Cibersegurança (**ENISA**) no apoio aos Estados-Membros, na prevenção e resposta a incidentes, na emissão de alertas e na cooperação com autoridades como a Europol, ao mesmo tempo em que busca facilitar o cumprimento das regras europeias, reduzir encargos para as empresas, aumentar a resiliência das redes de telecomunicações – *incluindo as móveis* – e contribuir para a soberania tecnológica e a segurança digital do bloco. Com informações de: [TV Europa](#)

## Inteligência Artificial

- **CADE exige respostas da Meta sobre inteligência artificial no Whatsapp e prevê multa**

de R\$ 5 mil por dia. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu **investigação contra a Meta** para apurar possíveis práticas anticoncorrenciais relacionadas às novas regras do WhatsApp Business para provedores de inteligência artificial, exigindo esclarecimentos detalhados sobre integrações técnicas, termos comerciais e eventual tratamento diferenciado em favor do Meta AI; o **órgão quer informações sobre todos os provedores de IA que atuaram na plataforma nos últimos cinco anos**, mudanças contratuais e técnicas recentes e o impacto das restrições anunciadas no fim de 2025, que poderiam limitar ou excluir assistentes de terceiros, após denúncia das empresas Luzia e Zapia, tendo determinado medida preventiva para **suspender os novos termos enquanto a apuração avança, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil** em caso de atraso ou recusa injustificada no envio das informações solicitadas. Com informações de: [Convergência Digital](#)

➤ **Ministério das Mulheres cobra regulação da IA após caso de nudez falsa.** O Ministério das Mulheres (MMulheres) **cobrou a aprovação de um marco regulatório para a inteligência artificial** após a divulgação de casos de criação e disseminação não consentida de imagens eróticas e de nudez, afirmando que a **tecnologia não pode ser utilizada como instrumento de violência de gênero** nem de violação de direitos de crianças e adolescentes e que esse tipo de prática fere o princípio constitucional da dignidade humana; em nota, a pasta destacou a urgência do [Projeto de Lei nº 2.338/2023](#), em análise na Câmara dos Deputados, que estabelece regras para o desenvolvimento e o uso da IA, incluindo restrições relacionadas a direitos autorais e a proibição da produção de material de abuso sexual infantil, em um contexto de crescente preocupação com o uso de ferramentas como o **Grok**, da rede X, apontado por estudos como responsável por grande volume de imagens sexualizadas, e de iniciativas paralelas no Congresso, como o [PL nº 3.066/2025](#), que prevê penas de reclusão para o uso de IA na criação de representações pornográficas envolvendo crianças e adolescentes. Com informações de: [Congresso em Foco](#)

➤ **TSE terá só um mês para analisar novas regras sobre inteligência artificial.** O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terá cerca de um mês para analisar contribuições da sociedade civil e das plataformas digitais antes de definir as regras que vão orientar as eleições de 2026, com foco **especial no uso de inteligência artificial nas campanhas**, em um contexto em que já se multiplicam nas redes sociais imagens e vídeos manipulados de pré-candidatos; as audiências públicas ocorrerão entre 3 e 5 de fevereiro, e as resoluções precisam ser **aprovadas até 5 de março**, prazo legal para a Justiça Eleitoral atualizar normas sobre propaganda, ilícitos eleitorais e fiscalização, enquanto especialistas avaliam que não devem ocorrer mudanças profundas em relação às regras de 2024 – *que já exigem rotulagem de conteúdos feitos com IA e proíbem deepfakes* –, apesar da expectativa por ajustes mais precisos para conter a desinformação, em um cenário de transição na presidência do TSE e de indefinição no Congresso sobre a aprovação do marco legal da inteligência artificial. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#).

## PD&I

➤ **CATI estabelece novos critérios para credenciamento de IES, ICTs e Incubadoras de Base Tecnológica.** Foi publicada no Diário Oficial da União a [Resolução do Comitê da Área](#)

**de Tecnologia da Informação (CATI)** que estabelece novos critérios e procedimentos para o credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES), Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica (IBTs) para fins de aplicação dos recursos da **Lei de TICs (Lei nº 8.248/1991)** e de seu Decreto regulamentador, consolidando exigências para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como regularidade jurídica, apresentação de Plano de PD&I compatível com o Decreto nº 10.356/2020, qualificação de **pesquisadores e infraestrutura adequada, além de requisitos específicos por tipo de instituição**, incluindo modelo de gestão de convênios, composição mínima do quadro técnico, critérios de receita e **CNAE para ICTs**, e estrutura de incubação, metodologia reconhecida e corresponsabilidade das IBTs, disciplinando ainda o processo eletrônico de credenciamento via SIGCATI, com validade de três anos, hipóteses de descredenciamento, inspeções técnico-operacionais e prazos de saneamento, revogando a Resolução CATI nº 44/2018 e preservando apenas os pedidos já protocolados.

## Trabalhista

- **Prioridade do governo, fim da escala 6x1 tem duas frentes no Congresso.** A proposta de **fim da escala de trabalho 6x1**, considerada prioritária pelo governo, volta ao centro do debate no **Congresso Nacional** com a retomada dos trabalhos legislativos, tramitando simultaneamente na **Câmara dos Deputados** e no **Senado Federal** por meio de **quatro PECs** que buscam reduzir a jornada semanal – *em geral de 44 para 36 ou 40 horas* – e ampliar o descanso semanal, tema com forte **apelo popular**, explorado pelo governo Lula como agenda social, mas que enfrenta resistência de setores produtivos devido a potenciais impactos econômicos; as propostas variam quanto ao modelo e ao ritmo de transição, incluindo desde a jornada de **quatro dias por semana** até mudanças graduais ao longo de vários anos, indicando que o avanço dependerá de articulação política e da definição de qual texto terá maior viabilidade nas negociações entre Executivo e Legislativo. Com informações de: [DIAP](#)

## Telecomunicação

- **Novo presidente da Telebras assume e defende parcerias com setor privado.** O novo presidente da **Telebras, Hermano Albuquerque**, tomou posse em 21 de janeiro defendendo a ampliação de parcerias com o setor privado e o fortalecimento do papel da estatal na execução de políticas públicas de saúde, educação e segurança, especialmente em pequenas cidades e regiões remotas, destacando que a conectividade é condição essencial para essas agendas. Segundo ele, a **universalização do acesso exige cooperação com operadoras privadas, redes neutras e provedores de satélite**, além da agregação de novas soluções tecnológicas às redes da Telebras, sem perder de vista o cumprimento dos compromissos já assumidos, a otimização da gestão interna e a valorização de talentos. **Albuquerque** também apontou oportunidades de rentabilização de ativos, como a estrutura **Tier 4 de data centers**. Na cerimônia, o ministro das Comunicações, **Frederico Siqueira**, ressaltou o papel do setor privado e afirmou que a Telebras vive um momento de virada após a adoção de contratos de gestão que reduziram a dependência orçamentária da União, com resultados já observados

no terceiro trimestre e a consolidação desse avanço em 2025. Com informações de: [Teletime](#)

- **Fust alcança em 2025 a marca de R\$ 3,2 bilhões de investimentos, 90% com ISPs.** O Ministério das Comunicações (MCOM) informou que, em 2025, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) alcançou R\$ 3,2 bilhões em investimentos **aprovados para projetos de conectividade em todo o país**, contemplando operações reembolsáveis, não reembolsáveis e o **Fust Direto**. Os recursos foram direcionados, sobretudo, à ampliação da conectividade em escolas públicas, ao fortalecimento de pequenos provedores que atuam em áreas remotas e à expansão e modernização das redes de telecomunicações, resultando na instalação de **8 mil quilômetros de fibra óptica**, no atendimento de **770 mil lares**, distribuídos por **538 municípios e 679 favelas**, além da conexão de **17 mil escolas públicas**. Segundo o ministro das Comunicações, **Frederico de Siqueira Filho**, os investimentos reforçam o avanço da inclusão digital e a democratização do acesso à internet, com atenção especial a populações ribeirinhas, rurais, indígenas e quilombolas. Em 2025, o Fust também teve papel relevante na reconstrução do **Rio Grande do Sul**, com a liberação de **R\$ 322 milhões** em crédito emergencial para apoiar **85 pequenos provedores em 350 municípios**, restabelecendo mais de **790 mil acessos à internet** após as enchentes. Ao longo do ano, **90% das operações do fundo** beneficiaram pequenos e médios provedores, totalizando **79 empresas apoiadas em 2025 e 104 desde setembro de 2023**, consolidando o Fust como instrumento central para a expansão da conectividade no Brasil. Com informações de: [Teletime](#)

## Internacional

- **UE confirma proposta de banimento obrigatório de fornecedores chineses.** A **Comissão Europeia** confirmou a proposta de revisão do Ato de Cibersegurança da União Europeia para tornar obrigatório o banimento de fornecedores chineses, como Huawei e ZTE, das infraestruturas críticas do bloco, transformando recomendações antes facultativas em exigências vinculantes. A iniciativa adota uma **abordagem geopolítica da segurança digital**, ao considerar explicitamente riscos de interferência estrangeira e dependência de países terceiros, e segue agora para análise do Parlamento Europeu e do Conselho da UE; se aprovada, os Estados-membros terão um ano para adaptar suas legislações nacionais. A **proposta já enfrenta críticas**, com a Huawei questionando sua legalidade por se basear na origem dos fornecedores, e a GSMA alertando para possíveis impactos operacionais, atrasos na modernização das redes e riscos às metas de conectividade europeias, em um movimento que prioriza a soberania digital mesmo com custos imediatos mais elevados. Com informações de: [Teletime](#)
- **Coreia do Sul adota primeira lei abrangente para regulação da inteligência artificial.** A Coreia do Sul anunciou a adoção da primeira lei abrangente do mundo para regular a inteligência artificial, a **Lei Básica de IA**, que entra em vigor ainda em 2026 e **estabelece padrões de segurança, transparência e confiança para o uso da tecnologia**. O marco legal impõe supervisão humana obrigatória a sistemas de “alto impacto”, como os aplicativos em segurança nuclear, transporte, saúde, serviços financeiros e abastecimento de água, além de exigir a rotulagem e a comunicação prévia do uso de IA generativa. O governo afirma que a

iniciativa **busca equilibrar estímulo à inovação e proteção do interesse público**, posicionando o país entre as principais potências globais de IA, com período de adaptação antes da aplicação de sanções administrativas, que incluem multas de até 30 milhões de won, em valores inferiores aos previstos na legislação europeia. Com informações de: [Convergência Digital](#)

## Política

- **Frente Parlamentar de Telecomunicações cria instituto técnico, que será presidido por André Martins.** A Frente Parlamentar Mista de Telecomunicações e Soluções Digitais lançou, em 23 de dezembro, o Instituto Brasileiro de Telecomunicações e Soluções Digitais (IBTD), concebido como braço técnico da Frente para oferecer estudos, diagnósticos e subsídios especializados ao Congresso Nacional na formulação de políticas públicas. Criada em dezembro de 2025 e liderada pelo deputado **Juscelino Filho**, com coordenação dos senadores **Eduardo Gomes** e **Efraim Filho** e dos deputados **Luisa Canziani** e **Vitor Lippi**, a Frente reúne mais de 200 parlamentares e atua em um contexto de intensa agenda legislativa, com proposições sobre inteligência artificial, proteção de dados, cibersegurança e expansão da conectividade, incluindo o 5G. O lançamento contou com a presença de autoridades do Executivo e da regulação, como o ministro **Frederico de Siqueira Filho** e o presidente da **Anatel**, **Carlos Baigorri**. Sob a presidência executiva de **André Martins**, o IBTD terá a missão de transformar diretrizes políticas em análises técnicas estruturadas, operando com governança corporativa e neutralidade política para qualificar o diálogo entre Legislativo, reguladores e mercado. A entidade foi organizada em **sete comitês temáticos** – *que abrangem desde infraestrutura, espectro e satélites até inovação, inclusão digital, cibersegurança e sustentabilidade* – com o objetivo de produzir estudos e propostas técnicas que apoiem a elaboração e a análise de projetos de lei. Segundo **Juscelino Filho**, o instituto cria um canal técnico para ampliar a participação qualificada do setor privado no processo legislativo, enquanto **André Martins** destacou o papel do IBTD no apoio à modernização regulatória e ao desenvolvimento digital do país. Com informações de: [TeleSíntese](#)
- **Reforma do Código Civil pode avançar no Senado em 2026.** A proposta de reforma do Código Civil, materializada no [PL nº 4/2025](#), de autoria formal do senador **Rodrigo Pacheco** e relatada por **Veneziano Vital do Rego**, avança no Senado após intenso trabalho da Comissão Temporária para Atualização do Código Civil (CTCivil), instalada em setembro de 2025, que já, responsabilidade civil, contratos, obrigações, família e atividade empresarial. O projeto promove uma ampla atualização da [Lei nº 10.406/2002](#), com a revisão de mais de 900 artigos e a inclusão de cerca de 300 novos dispositivos, incorporando entendimentos consolidados na jurisprudência e na doutrina, além de **innovar ao criar uma parte específica dedicada ao direito digital**, reconhecendo a centralidade das relações eletrônicas, da proteção de dados e dos atos praticados em ambientes digitais. Segundo seus defensores, a reforma busca conferir maior segurança jurídica, simplicidade procedimental e modernidade ao direito civil, reduzindo burocracias, ampliando o acesso à justiça e adequando o ordenamento às transformações sociais, tecnológicas e econômicas das últimas duas décadas. A comissão, composta de forma representativa por senadores de diferentes partidos, segue discutindo pontos sensíveis, como os limites da responsabilidade civil, os impactos das novas regras sobre o ambiente de negócios e a disciplina de contratos específicos, com previsão de

conclusão do relatório até meados de 2026, mantendo o caráter técnico, participativo e passível de ajustes ao longo da tramitação legislativa. Com informações de: [Agência Senado](#)

## Orçamento

- **MCTI cria Grupo de Trabalho para avaliar a distribuição de recursos e aprova suplementação orçamentária.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) publicou no Diário Oficial da União duas resoluções do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que tratam, respectivamente, da governança e do orçamento do Fundo: a [Resolução CD/FNDCT/MCTI nº 1/2026](#) institui **Grupo de Trabalho temporário**, composto por representantes do MCTI, Ministério da Fazenda, CNPq, Embrapa, comunidade científica e setor empresarial, com a finalidade de estudar a distribuição dos recursos reembolsáveis e não reembolsáveis do FNDCT, considerando as diretrizes da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), o risco tecnológico, a relação risco-retorno e a efetividade dos instrumentos de apoio, devendo apresentar resultados preliminares até março de 2026 e conclusão até 30 de maio de 2026, enquanto a [Resolução CD/FNDCT/MCTI nº 6/2025](#) aprova a suplementação orçamentária de **R\$ 1,81 bilhão** ao Plano Anual de Investimentos dos recursos reembolsáveis do Fundo para o exercício de 2025, elevando o montante total para **R\$ 9,15 bilhões**, com despesas condicionadas à compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual de 2025 e às dotações da unidade orçamentária do FNDCT.

## Consultas & Compras Públicas

- **Anatel abre consulta sobre espectro do Serviço Limitado Móvel Marítimo.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) abriu, nesta terça-feira (20), a [Consulta Pública nº 1/2026](#), com proposta de novo ato normativo que estabelece requisitos técnicos e operacionais para o uso de radiofrequências por estações vinculadas ao Serviço Limitado Móvel Marítimo (SLMM). A iniciativa busca atualizar o [Ato nº 883/2024](#), em razão das alterações introduzidas na edição de 2024 do **Regulamento de Radiocomunicações**, decorrentes da **Conferência Mundial de Radiocomunicações de 2023 (CMR-23)**, que impactaram diretamente os serviços marítimos. As mudanças propostas contemplam, sobretudo, a modernização do **Sistema Global de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)**, a introdução do **NAVDAT (Navigational Data)** e do **Sistema de Conexão Automática (ACS)**, alinhando a regulamentação nacional às normas internacionais vigentes. As contribuições poderão ser enviadas até o dia 19 de fevereiro de 2026, por meio do [Sistema Participa Anatel](#), sendo o processo conduzido pela **Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação**.

## Nomeações

- **MCTI nomeia novo diretor para área de apoio à inovação.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação publicou a [Portaria](#) que nomeia **Hideraldo Luiz de Almeida** para o

cargo de diretor de Apoio aos Ecossistemas de Inovação, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do MCTI.

- **CNPq dispensa gerente de projeto na área de soluções digitais.** Também foi publicada no Diário Oficial da União a [Portaria MCTI nº 32/2026](#), que **dispensa Arquimedes Belo Paiva** da função de gerente de Projeto de Plataformas e Serviços Digitais da Diretoria de Análise de Resultados e Soluções Digitais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## Agendas de Destaque

- O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (**MCTI**) participou, ao longo da semana, de diversas agendas estratégicas com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico do país, fomentar a inovação e fortalecer a integração entre governo, academia, setor produtivo e sociedade. Durante este período, foram realizadas agendas institucionais voltadas ao avanço das políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação, sendo elas:
  - » Nesta quarta-feira (21), a ministra Luciana Santos, recebeu a ministra das Mulheres, Márcia Lopes, para reforçar a parceria na promoção da igualdade de gênero, no enfrentamento à violência e no incentivo à participação feminina na ciência e na tecnologia.
- O Ministério das Comunicações (**MCOM**) participou, ao longo da semana, de diversas agendas estratégicas com o objetivo de avançar nas políticas públicas de comunicação, promover a inclusão digital e fortalecer a cooperação entre órgãos governamentais e setores da sociedade. Durante este período, foram realizadas agendas institucionais, sendo elas:
  - » Nesta quarta-feira (21), ministro **Frederico de Siqueira Filho**, participou da posse de Hernando Studart Lins de Albuquerque o novo presidente da Telebras.